Subseção I**Das Atividades de Chefia e Assessoramento**

Art. 33. Às chefias de departamentos competem:

- I - planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar, orientar, supervisionar, acompanhar e avaliar as ações e atividades necessárias ao exercício das competências do departamento;
- II - promover a adequada organização interna das competências e atividades do departamento, observadas as disposições legais e regulamentares;
- III - promover a adequada distribuição e encaminhamento dos recursos, trabalhos, atividades, documentos e expedientes do departamento;
- IV - acompanhar o cumprimento de metas e avaliar os resultados do departamento;
- V - assistir ao superior hierárquico em assuntos inerentes à competência da sua área de atuação;
- VI - receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares e as decisões do Procurador-Geral de Contas;
- VII - manter reuniões periódicas com os servidores do departamento para analisar o andamento dos trabalhos e acertar medidas adequadas à sua melhoria;
- VIII - apresentar ao superior hierárquico relatório das atividades desenvolvidas pelo departamento;
- IX - organizar a escala de férias dos setores e servidores a ele subordinados, de forma a não comprometer o regular andamento das atividades sob sua responsabilidade, para aprovação pelo Procurador-Geral de Contas;
- X - exercer outras atribuições determinadas por superior hierárquico, ato ou regulamento, visando a assegurar o cumprimento das políticas e diretrizes do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará no âmbito de sua área de atuação.

Art. 34. Ao servidor formalmente designado para chefiar ou responder por determinado setor ou unidade administrativa, compete, no que couber, as atividades dispostas no artigo anterior, no âmbito da seção ou unidade administrativa.

Seção II**Da Secretaria**

Art. 35. A Secretaria, Órgão Auxiliar do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, destina-se precipuamente à execução das atividades de apoio administrativo e operacional necessários ao exercício das atribuições institucionais do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará e será chefiada pelo Secretário, nomeado pelo Procurador-Geral de Contas e a ele diretamente subordinado.

Art. 36. Ao Secretário do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará compete:

- I - auxiliar o Procurador-Geral de Contas no planejamento, na organização, na direção e no controle das atividades administrativas;
- II - planejar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas à Secretaria;
- III - promover o inter-relacionamento dos departamentos que integram o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- IV - produzir diagnósticos, estudos e relatórios com vistas a instrumentalizar a atuação administrativa do Procurador-Geral de Contas e dos órgãos de Administração Superior do órgão;
- V - zelar pela boa ordem dos serviços da Secretaria e harmonia do clima organizacional;
- VI - interagir com os Procuradores de Contas e Subprocuradores de Contas atendendo as demandas da atividade finalística do órgão;
- VII - expedir, por determinação do Procurador-Geral de Contas, certidões e instruções de serviço;
- VIII - prestar informações ao Procurador-Geral de Contas e demais membros;
- IX - organizar a escala de férias dos servidores a ele subordinados, de forma a não comprometer o regular andamento das atividades sob sua responsabilidade, para aprovação pelo Procurador-Geral de Contas;
- X - executar, por delegação, outros serviços compatíveis ou decorrentes de sua função, determinados pelo Procurador-Geral de Contas.

Art. 37. A Secretaria compete:

- I - planejar, organizar, distribuir e executar as atividades de tramitação dos processos finalísticos no âmbito do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- II - elaborar relatórios, compilação de dados estatísticos e demais informações pertinentes à área de atuação;
- III - preparar as pautas das sessões de julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, após sua disponibilização, de forma prévia, para os Procuradores de Contas e Subprocuradores de Contas;
- IV - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 38. A distribuição de todo e qualquer processo finalístico no âmbito do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará seguirá as normas estabelecidas neste Regimento e em outros atos normativos, definidos pelo Procurador-Geral de Contas e aprovados pelo Colégio de Procuradores.

Art. 39. A distribuição processual será efetivada mediante sistema informatizado, igualmente entre Procuradores de Contas e Subprocuradores de Contas, de forma automática e aleatória.

Parágrafo único. Nas hipóteses de impedimento e ou suspeição arguidas pelos Procuradores de Contas e/ou Subprocuradores de Contas inicialmente vinculado pela distribuição, o processo será redistribuído, observando-se o critério quantitativo igualitário de processos entre os membros.

Art. 40. O Procurador de Contas que venha a substituir o Procurador-Geral de Contas em sua ausência, permanece na distribuição processual.

Seção III**Das Coordenadorias Técnico/Jurídicas**

Art. 41. As Coordenadorias Técnico/Jurídicas, Órgãos Auxiliares do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, são dirigidas por um Procurador de Contas, designado pelo Procurador-Geral de Contas, com o auxílio de um Coordenador Técnico, nomeado pelo Procurador-Geral de Contas.

Parágrafo Único. A implementação e forma de distribuição de expedientes às Coordenadorias Técnico/Jurídicas será fixada pelo Colégio de Procuradores.

Art. 42. Integram as Coordenadorias Técnico/Jurídicas:

I - o Coordenador Técnico;

II - Assessoria Técnico/Jurídica.

Parágrafo único. A Assessoria Técnico/Jurídica será composta por Assesores, Analistas e outros servidores indicados pelo Procurador-Geral de Contas.

Art. 43. Ao Coordenador Técnico compete:

- I - prestar assistência direta aos Membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, podendo, quando couber, representá-los em eventos e reuniões de interesse do Órgão;
- II - coordenar, orientar e fiscalizar a execução das atividades de assessoramento atribuídas aos servidores lotados na Assessoria Técnico/Jurídica, conforme orientação dos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- III - manter o Procurador-Geral de Contas informado das ocorrências verificadas na Assessoria Técnico/Jurídica, solicitando as medidas de ordem técnica e administrativa que entender necessárias ao bom desempenho de suas funções;
- IV - organizar a escala de férias da Assessoria Técnico/Jurídica, de forma a não comprometer o regular andamento das atividades, para aprovação pelo Procurador-Geral de Contas;
- V - manter atualizados os arquivos e ementários de pareceres de maior complexidade, de jurisprudência e da legislação federal, estadual e municipal de interesse do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- VI - dirimir as dúvidas da Assessoria Técnico/Jurídica nas questões relacionadas à análise e elaboração das minutas dos Pareceres Jurídicos nos processos, conforme orientação dos Procuradores de Contas e dos Subprocuradores de Contas;
- VII - propor uniformização de entendimento;
- VIII - identificar e propor a realização de capacitação à Assessoria Técnico/Jurídica em relação as matérias objeto de análise e parecer técnico;
- IX - zelar pela boa ordem dos serviços da Assessoria Técnico/Jurídica e harmonia do clima organizacional;
- X - elaborar relatórios, compilação de dados estatísticos e demais informações pertinentes à atuação da Assessoria Técnico/Jurídica;
- XI - apresentar sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará e para o oferecimento de representações no âmbito de suas atribuições;
- XII - desenvolver outras atividades inerentes à sua função.

Art. 44. A Assessoria Técnico/Jurídica tem por finalidade assessorar e prestar assistência técnica jurídica ao Procurador-Geral de Contas, aos Procuradores de Contas, Subprocuradores de Contas, aos órgãos de Administração e Execução e aos Órgãos Auxiliares do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, competindo-lhe:

- I - a elaboração de minutas de pareceres conclusivos, recursos e requerimentos nos processos oriundos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e emitir pareceres nos processos administrativos que lhes forem encaminhados;
- II - examinar minutas de edital, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares, na forma da legislação específica;
- III - o controle dos prazos dos processos submetidos ao seu exame, notadamente quanto aos feitos que demandem análise prioritária;
- IV - executar, por delegação, outros serviços compatíveis ou decorrentes de sua função, determinados pelos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- V - promover a elaboração e revisão de minutas de atos normativos, bem como a realização de estudos sobre questões técnico/jurídicas, quando solicitado pelos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- VI - o assessoramento direto aos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará na resolução de processos e na elaboração de representações sob sua responsabilidade, além de outras atividades a si conferidas.

Seção IV**Dos Departamentos**

Art. 45. São atribuições comuns aos Departamentos:

- I - planejar, organizar, dirigir e monitorar as atividades relativas à sua área de atuação, promovendo e colaborando com o mapeamento de fluxos e processos a ele relacionados;
- II - zelar pelas diretrizes e metas estabelecidas pelo Procurador-Geral de Contas;
- III - elaborar os estudos preliminares, gerenciamento de risco, termo de referência ou projeto básico, justificativa, pesquisa de mercado e instrução processual referentes às suas contratações;
- IV - prestar informações inerentes às atividades desenvolvidas;
- V - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Subseção I

Do Departamento Financeiro e de Planejamento

Art. 46. Integram o Departamento Financeiro e de Planejamento;

I - Setor de Contabilidade e Financeiro;

II - Setor de Planejamento;

III - Setor de Orçamento e Controle.

Art. 47. Ao Departamento Financeiro e de Planejamento, com subordinação direta ao Procurador-Geral de Contas, compete:

- I - elaborar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades relacionadas ao planejamento orçamentário e financeiro, em especial LDO e PPA, do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- II - auxiliar, sob o ponto de vista técnico, a gestão orçamentária e financeira do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- III - interagir junto aos órgãos competentes nos assuntos de natureza